

Educação e ação na filosofia política de Eric Weil**

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir, num primeiro momento, a compreensão da ação como ação política, que visa, acima de tudo, a transformação do homem objeto em sujeito. No segundo momento, leva-se em conta a relação entre educação e ação, que tem como prioridade a humanidade do homem contra a violência que o desumaniza. O que se pretende é analisar o pensamento weiliano no que tange à educação no seu aspecto moral e político, e perceber que, no fundo de sua reflexão, há uma preocupação com a formação do homem moderno. É mais do que nunca, a educação, numa perspectiva moral, deve ser o eixo fundamental nessa luta contra a coisificação do homem, a fim de que ele deixe de ser objeto e se torne sujeito de ação e de transformação de si mesmo e da sociedade em que ele vive.

Palavras-chave: Educação; Ação; Política; Transformação.

ABSTRACT

This article aims to reflect, at first, the understanding of action and political action that seeks, above all, the transformation of man into a subject object. The second time, it takes into account the relationship between education and action which has as a priority the humanity of man against violence that dehumanizes. The aim is to analyze the Weil's thought in regard to education in their moral and political aspect, and realize that, deep in his reflection, there is a concern with the formation of the modern man. And more than ever, education, moral perspective, should be the fulcrum in this fight against the objectification of man, so that it ceases to be an object and becomes the subject to faction and the transformation of self and society he lives.

Keywords: Education; Action; Politics; Transformation.

* Doutor em Filosofia pela PUC-SP. Professor de Filosofia na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus Cáceres – MT. Email: cidoassis@gmail.com

** Kirscher explica que “A Filosofia Política é fundada sobre a categoria da ação, ou seja, sobre a categoria da Filosofia que resolve o problema da Filosofia compreendendo que ela não é somente teórica, mas prática, embora seja problema do discurso, posto ao discurso e pelo discurso” (1989, p. 336).

Introdução

Na acepção weiliana, a ação “se distingue essencialmente da fabricação, da obra de um indivíduo que, em função de um projeto pessoal, impõe à comunidade sua lei e sua dominação.” (CANIVEZ, 1991, p. 145-146). Hannah Arendt¹ possui uma visão muito semelhante a de Eric Weil quando se trata da ação no sentido de fabricação. Para ela,

Os utensílios e instrumentos do *homo faber*, dos quais advém a experiência fundamental da noção de ‘instrumentabilidade’, determinam todo trabalho e toda fabricação. Sob este aspecto, é realmente verdadeiro que o fim justifica os meios; mais que isto, o fim produz e organiza os meios. O fim justifica a violência cometida contra a natureza para que se obtenha o material, tal como a madeira justifica matar a árvore e a mesa justifica destruir a madeira. (ARENDDT, 1983, p. 166).

Essa ideia instituída pela sociedade moderna do *homo faber*, ou do homem como instrumento do trabalho, instituiu alguns valores essenciais baseado na produtividade e no progresso técnico e científico. Com esse ponto de vista, os trabalhadores foram reduzidos a instrumentos que só tem valor quando são produtivos economicamente. Para Hannah Arendt essa ideia degradante do ser humano como *homo faber*, é uma fórmula que teve sua origem no pensamento utilitário, dos fins que justificam os meios. Isso não poderia ser colocado no campo da ação política. Nessa visão empreendida por Weil e também por Hannah Arendt, a ação comporta um sentido político contra o utilitarismo e contra a visão reducionista do homem como mero instrumento do trabalho. No plano social, os homens “são objetivados, ‘coisificados’, identificados à função objetiva que desempenham no conjunto do mecanismo social.” (CANIVEZ, 1991, p. 146).

A ação deve ser política, ou seja, não se trata de uma ação individual, mas coletiva², com objetivos bem definidos que visem uma mudança, uma transformação social. Portanto, na visão weiliana, o indivíduo deve ser concebido como aquele que se preocupa com a comunidade em que ele vive. Em outras palavras, o indivíduo não deve centrar suas ações exclusivamente pensando em satisfazer a si próprio. Ao contrário, as suas ações devem visar o bem coletivo da comunidade. Para que haja todo esse processo de conscientização em vista do coletivo, é necessário investir em educação. E o Estado deve

¹ Não se pretende aqui estabelecer a relação entre Eric Weil e Hannah Arendt no que diz respeito à ação. Menciona-se aqui apenas o momento em que Hannah Arendt se aproxima de Weil quando se trata da ideia do homem como instrumento, ou seja, do homem objeto que só tem valor quando é produtivo economicamente na sociedade capitalista.

² A ação política não deixa de ser uma visão aristotélica, quando ele considera o homem como animal político. Assim diz o estagirita: “[...] o homem é um animal cívico, mais social do que as abelhas e outros animais que vivem juntos” (ARISTÓTELES, 1998, p. 5).

participar desse investimento, porque o governante é educador³, e como educador ele precisa ter como prioridade a melhoria da educação em seus projetos políticos.

A ação política

De acordo com Weil, o mundo moderno é o mundo da condição, da organização do trabalho, da organização das massas integradas no Estado. De uma parte, as massas conquistaram direitos sociais e políticos. De outra parte, elas se organizaram em defesa de seus interesses. A multidão solitária cedeu lugar a uma sociedade organizada e, precisamente, organizada num Estado (CANIVEZ, 1989, p. 23).

Coube ao homem da ação pensar este mundo, pensar a realidade social como um todo. Mas quem é esse homem? Para Weil (1985, p. 400), o homem da ação é o “herdeiro do discurso e de todos os discursos, que quer pensar, mas quer como pensador realizar a presença do sentimento universal, quer, para falar com ele, que o mundo seja para o homem e não o homem para o mundo”. Esse mundo é o do trabalho, onde os homens disputam entre si, visando, satisfazer suas necessidades e seu contentamento.

Nessa configuração de um mundo moderno, mundo dominado pela força do trabalho, como é constituída a sociedade? Weil considera que a sociedade é um artifício criado pelo homem, que possui os mesmos níveis de maldades presentes na natureza animal⁴. Para ele, “a sociedade está interposta entre os homens e a natureza, mas, para cada homem, ela é outra natureza, uma pseudonatureza⁵ tão hostil e ameaçante quanto a própria natureza, um exterior contra a qual e na qual o homem deve lutar para ser homem.” (WEIL, 1985, p. 400). Essa é uma definição característica da sociedade moderna, em que se corre o

³ Weil considera que a principal tarefa do governo razoável é a educação dos cidadãos. O governo, queira ou não queira, será educador, porque ele não deixa de influenciar a racionalidade dos cidadãos, a sua moral e o sentido que dão à sua existência. Diz Weil: “O governo deve buscar a reconciliação entre o universal da razão, o universal (racional e técnico) do entendimento, e o universal concreto e histórico da moral da comunidade” (WEIL, 1990, p. 260).

⁴ Considera-se o termo natureza animal como algo que se apresenta no homem e que, nesse aspecto, ele se iguala aos outros animais que vivem na floresta. Ao criar a sociedade, o homem trouxe consigo a maldade natural, o que possibilitou o crescimento da violência. Nesse sentido, a sociedade possui o caráter de uma pseudonatureza, em que a violência se apresenta. No entanto, a luta do homem deve ser contra essa violência em favor da razão e do próprio sentido de viver.

⁵ Para Weil, a sociedade moderna é a sociedade do trabalho. Essa sociedade, no quadro da apropriação dos meios de produção, criou o proletariado, cuja existência se tornou necessária à acumulação da riqueza produtiva. Assim, não se pode julgar que a ausência de dignidade, de sentimento moral, de cidadania, seja fruto da maldade da plebe, mas sim da sociedade. Ela é uma “pseudonatureza”, que produz necessariamente o mal, e esse mal permanecerá enquanto o Estado não souber ou não puder impor uma organização razoável em vista da liberdade, do reconhecimento de todos por todos (2002, p. 95). Como “pseudonatureza”, a sociedade continua produzindo homens alienados que perdem a sua cidadania na medida em que são obrigados a vender não o seu trabalho, mas o seu tempo e a sua força de trabalho. A sociedade é, portanto, a causa do aparecimento da plebe (PERINE, 1994, p. 96).

risco de, em nome do progresso técnico, científico e econômico, o homem deixar de ser sujeito para se tornar objeto, ou instrumento do próprio trabalho, que só tem valor quando é produtivo para o mercado de trabalho.

Constituiu-se, em nome desse progresso técnico, econômico e científico, a classe de trabalhadores mais pobres, que vendem a sua força de trabalho em troca de um salário. Os trabalhadores mais pobres da sociedade são aqueles que não conseguem viver com dignidade, porque o seu valor só é reconhecido pelo que produzem em termos de riquezas econômicas, não para si mesmos, mas para os seus senhores. Nessa sociedade, há a luta entre os homens e, nessa batalha, vence aqueles que possuem maior poder sobre os demais.

Isso significa que apenas uma parte da humanidade alcança a satisfação de suas necessidades. E tal satisfação é conquistada de forma desumana, pelo temor e pela dominação (WEIL, 1985, p. 401). Há, nesse caso, uma forte tendência à “violência pura” que impossibilita uma grande parcela da população de viver com dignidade e de ser sujeito, tornando-se, assim, objeto para o mercado de trabalho.

A ação vem configurada a partir de uma necessidade humana, necessidade de uma mudança radical, vencer a “violência pura” que desumaniza o homem e o reduz à categoria de coisa. Nessa perspectiva, Weil diz que o homem da ação percebeu que este mundo é desumano, que a sociedade é uma pseudonatureza dominada por aqueles que exploram a classe dos trabalhadores⁶, a qual vive pelo trabalho e luta pela subsistência e não lhe sobra tempo para pensar. Os trabalhadores vivem descontentes, e precisam tomar consciência de que foram desumanizados.

E eles tomarão consciência disso tanto mais radicalmente quanto mais bem des-humanizados tiverem sido, quanto mais completamente tiverem perdido qualquer contato com a tradição, quando mais brutalmente tiverem sido privados de qualquer satisfação parcial. (WEIL, 2012, p. 568).

O homem da ação é o filósofo que reflete sobre a condição desumana do homem, portanto, violenta, e a transforma em discurso. Por meio do discurso, o filósofo condena a violência desumana como uma atitude injusta contra a dignidade humana. Nesse sentido, o seu contentamento só será possível quando todos os homens tiverem os mesmos direitos e condições de acesso ao contentamento.

Com a categoria da ação, o filósofo percebeu que é impossível pensar em contentamento social quando um grande número de pessoas é desprovido de seus direitos humanitários. Com isso, a Filosofia do ponto de vista da ação

⁶ Para Kirscher, essa “tese pode corresponder à teoria marxista da luta de classes – uma expressão que Weil evita –, mas que se encontra igualmente na *Filosofia Política*, que expõe o mecanismo da luta de classes e da luta das ‘camadas’ (*couches*). Essa luta inevitável significa a alienação do homem enquanto ocupados no mundo da condição [...]. O homem é infeliz na pseudonatureza que é a sociedade.” (1989, p.341).

sustenta a ideia de uma ação revolucionária predominantemente filosófica, com o fim de que toda a humanidade usufrua do contentamento humano.

Com a categoria da ação, houve a necessidade de transformar o discurso abstrato em discurso agente. É, nesse aspecto, que a ação passa a ser revolucionária, ao compreender que o fim de toda ação consiste em trazer o contentamento a todos os homens. A ação revolucionária tem por fim: 1. Fazer com que o homem tome consciência de si mesmo como ser livre; 2. Fazer com que a massa dos homens trabalhadores descontentes pela exploração do trabalho restabeleça a sua dignidade e o seu contentamento social.

E, nesse sentido, a ação passa a ser concebida como uma revolução⁷, “mas revolução empreendida por e pelos homens razoáveis⁸ contra a dominação dos homens desprovidos de razão.” (WEIL, 1985, p.402). A ação é revolução, mas, no sentido universal, pois ela “deve ser pensada universalmente, e deve ser empreendida universalmente.” (WEIL, 1985, p.402). Com a ideia de uma ação revolucionária, Weil não assume uma posição marxista contra Hegel.

Ele deixa claro em sua obra *Hegel et l'Etat*

que a diferença principal entre os dois é o idealismo de um e o materialismo do outro. [...] Marx está convencido que somente a ação revolucionária poderá realizar uma sociedade humana num Estado verdadeiramente humano. (WEIL, 2002, p.106).

Segundo Weil:

Hegel ensina que são as condições reais que obrigam o Estado a agir; Marx sabe e diz que a ação puramente violenta, sem um claro saber do fim, sem uma ciência, é o contrário de uma ação progressista: simples consequência pelo fato que um e outro não aderem a uma filosofia abstrata da reflexão, mas a uma filosofia dialética (WEIL, 2002, p. 106-107).

Para Weil, tanto Hegel quanto Marx não defendem uma Filosofia abstrata, mas dialética. Percebe-se que Weil também é partidário de uma Filosofia dialética e histórica. A ação em si assume uma dimensão dialética, porque, por meio

⁷ Em uma nota da *Logique de La philosophie*, Weil define que “O termo revolução não indica aqui exclusivamente a revolução ‘popular’. Ele designa a apropriação da ‘teoria’ sobre a ‘realidade’ e abrange tanto a ‘revolução’ platônica dos filósofos que devem se tornar reis, quanto os membros da *Filosofia do Direito* hegeliana que procuram organizar a sociedade no Estado em vista da satisfação razoável de todos os cidadãos, quanto, enfim a revolução de Marx, em que a parte mais ‘alienada’ da humanidade, tomando consciência de sua situação desumana, realiza a razão pela violência em vista de uma vida plenamente prosperada.” (WEIL, 1985, p. 401-402, nota n° 2).

⁸ Os homens razoáveis são aqueles que optaram pela razão contra a violência. E, nesse sentido, vale destacar o importante papel da educação na formação de homens conscientes dos problemas que a violência pode causar na sociedade. Percebem-se, na sociedade, a existência de muitos homens não razoáveis, que ignoram ou não querem ser razoáveis, e dão preferência à violência. Torna-se assim um desafio para o filósofo em sua tarefa educativa de fazer com que os homens tomem consciência de que o melhor caminho é o da razão e não o da violência. Esse processo de transformação social proposta por Weil pode ser designado como uma ação revolucionária empreendida pelo filósofo.

dela, o filósofo capta a realidade histórica do homem pela via do discurso, em que as contradições sociais se apresentam. E, nesse sentido, a ação quer ser transformadora e, acima de tudo, revolucionária. Tal revolução não está no mesmo nível de uma revolução marxista, ou da forma como quis Marx. A revolução, no caso de uma ação empreendida por Weil, deve acontecer na medida em que o filósofo procura relacionar o pensamento e a ação, a história e a política em seu conteúdo discursivo. Diferente de Weil, Marx desenvolveu a teoria do materialismo histórico e dialético numa visão econômica da sociedade. Assim, a Economia, a Política, a História e a Sociologia são ciências que servem de base para as teorias marxistas. Weil procura construir um novo jeito de filosofar, em que a reflexão capta a realidade humana e a transforma em discurso.

É uma tentativa de unir o formal e o concreto, o pensamento e a ação, enfim, unir a Filosofia e a Política. Uma Filosofia da ação⁹ faz nascer a Filosofia política. Nessa unicidade entre Filosofia e Política, a educação surge como uma ação política transformadora da sociedade. Mas vale ressaltar que a educação procura em princípio transformar a individualidade humana em universalidade. Essa transformação acontece numa atitude revolucionária, em que o homem se torna ser razoável e luta para que a violência desapareça do meio social.

A ideia de uma revolução, portanto, deve acontecer na ação. Tal ideia poderia ser transportada para o campo educativo, quando se trata do princípio da educação das massas. Segundo Patrice Canivez (1989, p. 33), trata-se aqui de duas figuras privilegiadas que é a do filósofo e a do político.

Tanto um como o outro têm por tarefa conduzir à consciência de uma vontade política o que, nas massas, vive sob a forma de uma sensibilidade ou de um sentimento moral. [...] o político é educador enquanto político, o educador é político enquanto educador.

Trata-se de uma ação política e educativa, consciente, que age sobre a massa traduzindo o que ela pensa em linguagem do mundo.(WEIL, 1985, p. 405). É essa linguagem que procura unir todos os homens, mostrando que eles têm valores como seres humanos e como cidadãos.

Para aquele que vive na condição (preso pela necessidade de sua vida de trabalho), a passagem à ação é bem mais difícil. É preciso haver um trabalho de conscientização para esse homem que vive apenas na alienação do mundo do trabalho, para que ele se liberte dessas amarras que o impedem de ser gente. De acordo com Weil (1985),

É no estado de consciência que ele se encontra em face de um grupo de homens que afirmam visar à liberdade, de uma atividade que se pretende ação, de uma política visando à abolição de todo interesse particular, de

⁹ Sobre a Filosofia da ação, Weil diz que “É preciso que a filosofia decida se realizar, fazendo aparecer ao mundo o que é a verdade desse mundo depois que o homem se libertou da natureza exterior” (1985, p. 403).

uma teoria 'materialista' da história que declara realizar a coerência e dar ao indivíduo uma linguagem pessoal no sentimento (WEIL, 1985, p. 406).

Nessa perspectiva, a ação se coloca no plano político, ou seja, no plano da história. "A ação sabe e quer ser herdeira do discurso coerente, a história é para ela a história do homem no mundo, a história na qual o homem se transforma transformando o mundo." (WEIL, 1985, p. 407). A transformação do homem deve acontecer na tomada de consciência de que ele precisa mudar, mas tal mudança deve se estender a todos os homens. Contudo, é necessário que o homem se liberte do individualismo e das paixões que visam apenas à satisfação pessoal. E essa libertação só é possível pela vitória do universal sobre o particular. O discurso universal é razoável, porque é libertador; libertador, porque é razoável. (WEIL, 1985, p. 408).

A unidade da filosofia e da política só é alcançada na ação. O fim a que se propõe a ação é a unificação de Filosofia e Política. A Filosofia quer dirigir a Política, mas sem deixar de ser o que ela é. Entretanto, a Política se funda sobre a tradição, sobre a condição de vida e do trabalho humano. A categoria da ação em Weil é o que funda a Filosofia Política. O que se procura com a ação, na unidade da Filosofia e da Política, é a transformação do mundo, "porque é pela transformação do mundo que o homem é transformado." (WEIL, 1985, p. 411).

O mundo da condição (especialmente do trabalho) obriga fazer a separação da vida ativa e da vida contemplativa, mas é justamente por esse motivo que esse mundo da condição precisa ser transformado. A ação se compreende como uma ação política, mas necessita de uma ação educativa contra a violência em favor da razão e da humanidade do homem.

A ação se torna ação razoável na e contra a violência, na perspectiva de que se torne justa e acima de tudo humana. Com a ação, não se trata mais de definir ou justificar uma realidade, mas de "torná-la justa". A Filosofia tem seu fim na ação, porque o seu fim mais elevado é a ação razoável. Ao homem não há nenhum objetivo maior que "sua liberdade na realidade de sua vida." (WEIL, 1985, p. 413). Com a ação, o homem se realiza em sua liberdade, liberdade no contentamento, contente na liberdade.

Educação e ação

É desde o tempo de Aristóteles que a Política¹⁰ é parte integrante da Filosofia. Porém ela se constitui como uma parte da Filosofia, sem ser o todo da Filosofia. Weil (1990, p. 15) diz que "o que nós chamamos política é, portanto,

¹⁰ No início de sua obra *Filosofia Política*, Weil (1990, p. 15) escreve que "O termo política, neste livro, será tomado na sua acepção antiga, aristotélica, de *politiké pragmateía*, consideração da vida em comum dos homens segundo as estruturas essenciais dessa vida. A política, nesse sentido, faz parte da filosofia, sem ser o todo da filosofia, nem a categoria filosófica na qual a filosofia se compreende".

uma ciência filosófica que explicita o que está contido na sua categoria filosófica [...]”. E essa categoria é a da ação¹¹.

Weil procurou em Aristóteles compreender como a Filosofia pode pensar a Política sem se confundir com ela. Ele quis saber qual o sentido da Política para a Filosofia. Os filósofos teóricos da Política, desde o tempo de Aristóteles, deram muita importância à Filosofia Política. Mas é fundamental procurar saber do que ela realmente se ocupa até mesmo para não confundi-la com a Ciência Política ou com a Sociologia Política¹².

No início do prefácio de sua obra *Filosofia Política*, Weil considera o seguinte:

Não se encontrará nas páginas seguintes nenhuma receita, nenhuma indicação útil ao cidadão que se pergunta a que partido se deve aderir, nenhum paliativo para a consciência, moral ou técnica dos governantes. Também não se encontrarão estatísticas, análises pormenorizadas, todos aqueles dados e indicações que se devem buscar nos tratados de economia política, de ciência social, de direito comparado [...]. O que pretendemos oferecer aqui não são conhecimentos técnicos, mas a compreensão do campo no qual se põem as questões que visam a um determinado saber e a um determinado saber-fazer, uma compreensão da política na sua totalidade e na sua unidade estruturada, como compreensão da ação humana na história. (WEIL, 1990, p. 9-10).

Percebe-se, nessa citação, que a *Filosofia Política* não visa nenhuma receita e muito menos uma técnica de como se deve governar. Ela se propõe a compreensão de um determinado campo do saber, que tem a ver com a compreensão da ação humana na história. Portanto, a *Filosofia Política* se constitui dentro de um determinado campo do saber, porque ela é parte do sistema, mas não o todo do sistema.

Weil, depois de traçar o seu percurso filosófico da *Logique de la philosophie*, procura em sua obra *Filosofia Política* apresentar o homem como ser de ação razoável. O homem não se constitui como pura razão e nem mesmo o mundo em que ele vive é puramente razoável. Isso significa que a Filosofia não é definida num plano puramente teórico. A Filosofia é teórica e prática e isso se pode perceber na definição de categoria e atitude. Percebe-se, na compreensão de categoria e atitude, a existência do nexos dialético entre teoria e prática da Filosofia de Éric Weil. E a relação Filosofia e Política é justamente a relação que deve existir entre o pensamento e a ação.

Quando se trata de educação e ação política, há uma proximidade entre Weil e Kant. O filósofo alemão fala de um progresso moral¹³, quando se trata

¹¹ É bom lembrar que a categoria da ação se encontra no capítulo XVI da obra *Logique de La philosophie*.

¹² Sobre isso, Roland Callois afirma que “a *Filosofia Política* de Weil não é uma metafísica associada a uma ‘political science’ positivista. Ela se apoia sobre as ciências sociais sem se confundir com elas” (1988, p. 92).

¹³ Kant admite a ideia de um progresso moral atribuído ao todo do gênero humano, assim ele diz: “Poderei, pois, admitir que, dado o constante progresso do gênero humano no tocante à cultura, enquanto seu fim

do contexto geral da humanidade. Ou seja, não é o indivíduo na sua particularidade que evolui moralmente, mas a humanidade como um todo. Nessa perspectiva, a educação serve como instrumento para que esse progresso se efetive. É a ideia kantiana da ilustração (*Aufklärung*), que consiste na saída do homem da sua menoridade para a maioridade¹⁴. É pelo esclarecimento que a humanidade deve atingir a autonomia intelectual, em que o pensamento flui e se produz de forma independente, sem a interferência de outrem.

No escopo da visão kantiana, a educação deve ter como fim integrar o indivíduo à humanidade. Com ela, o indivíduo humano se compreende como parte do todo da humanidade. Nesse entendimento, cada um se vê como co-responsável em vista de um progresso moral da humanidade. O homem não pode voltar a sua atenção única e exclusivamente para o progresso técnico, científico e econômico, como se a própria humanidade dependesse apenas disso para se desenvolver. Em outras palavras, quando se pensa na ideia de um progresso material, deixando como segundo plano a formação moral e humana, a sociedade tende cada vez mais à violência. Talvez seja essa linha de raciocínio que tenha levado Weil a valorizar uma educação de cunho moral. Essa educação tem como fim diminuir a violência, e, acima de tudo, valorizar o ser humano.

Seguindo os passos de Kant, Weil (1982, p. 88) afirma que “essa obra de educação não é tarefa do indivíduo singular em face de si mesmo, mas tarefa de cada um em relação à comunidade [...]”. O termo “comunidade” em Eric Weil é similar ao conceito de humanidade em Kant. Em certo sentido, esse termo está ligado à razão e também deve fazer parte da livre escolha do homem.

É importante acrescentar que essa obra de educação, prevista por Weil (1982, p. 88), tem em vista que “a razão reine sobre a violência, que cada um, tanto quanto é razoável, encontre sua satisfação no mundo humano, que cada um seja reconhecido por cada um e por todos como valor absoluto, como ser razoável – e também como ser livre”.

Pensar a política do ponto de vista de Weil é pensar numa ação razoável em que o homem deve agir em liberdade. E, nesse aspecto, há uma conexão entre política e educação: “a política é vista como ação razoável, uma ação que é educação e visa, em última análise, a vida virtuosa, ou seja, a realização das possibilidades do homem, o acesso a uma vida sensata e feliz, feliz porque sensata, sensata porque feliz” (BUÉE, 1988, p. 82).

O exemplo de Aristóteles é fundamental quando se trata de pensar a política. Aristóteles “se ocupa da filosofia ou dos assuntos da Cidade.” (WEIL, 2003, p. 90). Assim, “o homem, na medida em que não procura o contenta-

natural, importa também concebê-lo em progresso para o melhor, no que respeita ao fim moral do seu ser, e que este progresso foi por vezes interrompido, mas jamais cessará” (KANT, s/d, p.96).

¹⁴ Conforme o pequeno opúsculo de Kant: *Resposta à pergunta: Que é o Iluminismo?*

mento pela contemplação do cosmos, ele se ocupa, na Cidade bem ordenada, dos assuntos em seu conjunto.” (WEIL, 2003, p. 90). Portanto, os assuntos da Cidade, ou da comunidade, são pensados em seu conjunto e não de forma isolada. A preocupação de fundo do pensamento político deve-se voltar sempre para o todo da comunidade. Isso tem relação com o que se analisou acima: o filósofo procura pelo contentamento não de si mesmo, mas de todos os cidadãos.

Chega-se, portanto, à conclusão de que pensar filosoficamente a política é pensar a realidade da forma como ela é. Isto é, compreender a realidade da forma como ela se apresenta e compreender a ação do homem sobre essa realidade. Há aqui uma relação dialética com a categoria da ação, quando esta tem como fim levar o homem do pensamento à ação.

O filósofo é aquele que, em sua reflexão e em seu discurso, percebe o movimento dialético da ação humana que se dá na história. Assim, o conteúdo da política é muito mais amplo do que se imagina. Significa dizer que a percepção da ação razoável do homem não pode ocorrer de forma isolada. Ao contrário, deve acontecer por meio de uma abstração histórica, que permita elaborar um discurso coerente com a realidade prática do homem. É aí que se efetiva a conexão entre Filosofia e Política.

Para Weil, a sociedade se constituiu como uma segunda natureza. Ela é uma criação humana, uma natureza artificial como o Estado hobbesiano¹⁵. Todavia a criação do Estado em Hobbes assume uma conotação positiva para o homem por meio da ideia do pacto social. Hobbes concebia o Estado como a grande força capaz de estabelecer a paz e a segurança entre todos. Para Hobbes, o estado de natureza é um estado de “guerra de todos contra todos”.

O Estado, portanto, tem o poder de fazer com que a paz seja garantida na sociedade. Weil não parte da ideia do contratualismo, mas parte da ideia da tendência do homem pelo mal, da tendência do homem pela violência. Para Weil, não é precisamente a sociedade que cria o mal, ou que faz com que ele dissemine. É o próprio homem com a sua vontade e o seu conhecimento de causa que faz com que o mal e com ele a violência evolua na sociedade. A sociedade passou a ser para o homem uma pseudonatureza, artificial em certo sentido, em que a violência tende a se perpetuar.

Na sociedade, há as instituições políticas que foram criadas a partir da liberdade humana (WEIL, 2003, p. 98), as quais têm como fim assegurar ao homem uma força contra a violência social. Aqui entra o papel do Estado, mas

¹⁵ Trata-se aqui da natureza animal e os animais naturais seguem uma ordem natural e obedecem a uma regra natural. A sociedade constitui-se como uma natureza artificial de criação do próprio homem. Thomas Hobbes considera o Estado como um animal artificial, assim ele diz na Introdução de sua obra *Leviatã*: “Do mesmo modo que tantas outras coisas, a natureza (a arte mediante a qual Deus fez e governa o mundo) é imitada pela arte dos homens também nisto: que lhe é possível fazer um animal artificial. [...] pela arte é criado aquele grande *Leviatã* a que se chama Estado, ou Cidade (que em latim se chama *Civitas*), que não é senão um homem artificial [...]” (HOBBS, 2003, p. 9).

a diferença em relação a Hobbes é que o Estado weiliano não é absoluto. As organizações sociais e políticas fazem parte de um Estado acima de tudo democrático. Nessa visão, a luta contra a violência social, que é uma luta política, deve abranger o maior número de cidadãos que abraçam essa causa, a qual deixa livre o cidadão para fazer sua escolha razoável contra a violência. Essa escolha é caracterizada por Weil como uma luta do homem contra a natureza que é contrária ao razoável.

Do que trata a luta do homem contra a natureza? Trata-se, segundo Weil, “daquelas coisas que ferem o homem em sua dignidade impondo-lhe leis que o tratam como um sujeito submisso sem consciência e manipulável como tal.” (2003, p. 99). Ou seja, a desvalorização humana passa a ser um ato de extrema violência contra o próprio sentido de humanidade. Isto quer dizer que o homem jamais pode ser ferido em sua dignidade, porque essa ferida lhe afeta profundamente como ser humano.

Assim, a ação política deve ter como objetivo uma educação que priorize acima de tudo a formação humana. A fim de que o homem, pelas suas próprias forças, se liberte de sua natureza animal, que o conduz à violência e ao individualismo, e coloque em primeiro plano o bem comum de sua comunidade.

A comunidade humana é constituída pela sociedade. O homem vive nessa sociedade, relacionando-se com os demais, ocupando-se com seu trabalho para suprir suas necessidades básicas e usufruir o seu tempo de lazer. Com isso, a tarefa do filósofo consiste em pensar as instituições políticas e as organizações sociais como forma de luta contra a violência. Assim diz Weil: “a humanidade não apenas terá sua liberdade nas instituições, mas ainda poderá reconhecê-la e a reconhecerá como efetiva.” (2003, p. 99). As instituições políticas são formadas no interior do próprio Estado e garantem a sua fortaleza.

A ação é ao mesmo tempo política e histórica. Por isso, ela se compreende como a “ação dos homens sobre os homens, realizada num presente passado em vista de um futuro, em parte passado, em parte presente a nós e para nós.” (WEIL, 1990, p. 19). O que o homem realiza no presente não oculta o que foi pensado no passado. Pelo contrário, tudo que foi pensado, e mesmo realizado no passado, faz-se presente no discurso que se quer coerente.

Toda reflexão filosófica do presente, que tem como base a tradição, visa à transformação do homem e da sociedade, mas sempre acreditando que essa transformação é uma possibilidade do futuro. A transformação do homem e da sociedade deve acontecer de forma lenta e gradual, como um processo evolutivo para o melhor. É, nesse contexto, que política e moral devem se unir, já que a própria ação política tem em si a exigência de uma ação razoável, portanto, moral.

O princípio da moral foi enunciado por Kant. Weil, retomando o princípio kantiano da moral, anuncia que o indivíduo apenas pode considerar uma ação como moralmente boa quando ela procede de uma regra universal. A vontade,

no sentido moral, constitui-se como vontade razoável e não tendência natural do indivíduo. Nesse sentido, é necessário ter em evidência que “ser moral é determinar-se exclusivamente pela razão, agir unicamente por respeito à lei da razão.” (WEIL, 1990, p. 27).

É preciso ter claro, tanto em Weil quanto em Kant, que a perspectiva moral não tem como pressuposto que o mundo e os indivíduos sejam perfeitos. Ao contrário, o indivíduo percebe que o que há é a imperfeição que o leva a pensar e a querer ser perfeito. Da mesma maneira, o indivíduo percebe que a imoralidade faz com que ele sinta a necessidade da moral. Mas tudo isso não seria possível sem “a consciência do problema moral” (WEIL, 1990, p. 29). Não se concebe uma filosofia política sem a moral. “A toda ação universal é e continua sendo fixado pelo fim que essa moral lhe propõe.” (WEIL, 1990, p. 29).

Percebe-se acima que a *Filosofia Política* somente é concebida do ponto de vista moral. E, nesse sentido, pode-se afirmar que há uma relação entre política e moral? Weil tem observado a dificuldade de unir política e moral na atualidade. A moral e a política tornaram-se distintas tanto no conceito quanto na atividade prática. Porém Weil não propõe a congruência dos conceitos moral e política, mas sim mostrar o quanto a política depende da moral. Isso porque a ação para ser política necessita da moral, tanto em seu sentido reflexivo quanto em seu sentido prático.

A política weiliana segue os mesmos passos dos filósofos gregos, de modo especial Aristóteles, que a definiu como a “vida em comum, regulada, de grupos humanos, tanto quanto a regulação dessa vida em comum torna-se um problema para os referidos grupos [...]” (WEIL, 2003, p. 101). Na vida em comum das comunidades, as regras passaram a ser um elemento muito importante. Boas ou más, de bom funcionamento ou não, o importante é que essas regras deviam existir e que fossem regidas por um governante.

O fundamental das regras estabelecidas numa comunidade é que elas sejam cumpridas. Assim, uma comunidade irá funcionar mal quando há a violação das regras fundamentais dando lugar à violência. Muitas vezes, há uma insatisfação dos indivíduos nas comunidades contra a imposição de certas regras que não coadunam com a realidade deles. Quando isso acontece, na maioria das vezes, procuram-se resolver os problemas por meio da revolta popular, por meio do uso da força violenta.

A ausência do diálogo incita cada vez mais a revolta, a insatisfação popular que acaba se dirigindo contra o próprio Estado, o qual, por sua vez, não se abrindo ao diálogo por meio do governo, procura solucionar o problema da revolta popular pelo uso da força bruta, solução paliativa, mas que não resolve o problema da violência em sua essência.

Nas comunidades modernas, os indivíduos

sabem que a violência contradiz a essência do trabalho social moderno e que afasta para longe o fim dessa sociedade, a saber, o enriquecimento

de todos, e talvez que impeça de alcançá-la num futuro previsível.” (WEIL, 2003, p. 102).

Do ponto de vista moral, considera-se que todos os homens deveriam ser razoáveis, virtuosos e honestos, e não violentos e egoístas se opondo ao universal.

No entanto, a realidade concreta mostra que os homens, em sua maioria, são o contrário, não razoáveis, não virtuosos, desonestos, egoístas, individualistas e violentos. E parecem não querer mudar ou sair dessa situação que contribui para a degradação social. Para muitos desses homens, “a observação da moral significaria o sacrifício de seus interesses mais justificados e mais universalmente válidos.” (WEIL, 2003, p. 103). Nota-se que, quando os interesses individuais estão acima dos interesses da comunidade, então a moral se torna difícil de ser realizada.

O político sabe, apesar de que ele pode esquecer facilmente, que se trata apenas da observação da regra, ou seja, da moral. O sucesso da política depende da persistência do próprio ser da comunidade constituída pelos seus valores, suas regras, sua forma específica de vida e de trabalho em comum, enfim, sua moral. Não se trata da moral que o indivíduo produz para si mesmo. “Trata-se de algo, a saber, das regras, dos regulamentos efetivos, historicamente presentes, da vida em comum de uma comunidade que, historicamente e em sua história, é formada como uma comunidade moral.” (WEIL, 2003, p. 105).

Considerações finais

A ação política tem como fim último a preservação do sentido moral da própria comunidade. A desagregação desse sentido moral da comunidade se dá quando certos grupos da coletividade “têm o sentimento de ser explorados, oprimidos, espoliados de sua parte do produto do trabalho total, de ser tratados como subumanos sem honra e sem dignidade.” (WEIL, 2003, p. 105).

O que se deve levar em conta sempre na ação política é o contentamento de todos e não de apenas alguns no seio da comunidade. A confiança mútua entre todos na comunidade é o que dá sentido à moral. Essa confiança mútua deve se estender também ao governo. Desse modo, a desconfiança entre os cidadãos e seus governantes faz reinar o império da mentira que destrói toda e qualquer moral viva.

No mundo moderno, essa moral viva, constituída historicamente pela comunidade, entra em contradição com as condições do sucesso técnico-econômico. O que se vê em grande parte dos países desenvolvidos e em desenvolvimento é o econômico acima dos valores humanitários. Nesse sentido, o homem de Estado, o governante, encontra-se diante da tarefa angustiante de encontrar as condições de conciliação entre a moral e o sucesso técnico-econômico.

O homem de Estado tem a tarefa

de impedir que a comunidade enquanto tal perca o núcleo da sua forma de vida sensata, e ao mesmo tempo evitar que ela seja exposta sem defesa àqueles que usam seu poder econômico e técnico para aumentar seu império e desse fato sua própria riqueza, àqueles que veem nessa argumentação do poder e da riqueza o sentido de sua ação. (WEIL, 2003, p. 107).

A tarefa do governante possui, portanto, um caráter moral quando visa o contentamento de todos os indivíduos no seio da comunidade.

Constata-se que há uma relação entre a política e a moral. Mas essa relação acontece do ponto de vista de que uma depende da outra para se sustentar numa comunidade. Weil procura em Aristóteles estabelecer o sentido dessa relação, ao constatar que o fim último da política é a garantia do contentamento de todos os cidadãos. O homem da ação política tem como fim fazer que todos escolham a razão contra a violência. Para Weil (1990, p. 35), “o importante é que, depois que o homem optou pela razão, o princípio da moral está absolutamente fundado”.

Vale destacar que essa relação entre moral e política não se dá de forma harmoniosa, mas de maneira conflituosa e violenta. Há a necessidade de o Estado educar todos os homens que vivem numa comunidade. Assim, o Estado é compreendido não apenas como educador, mas também como aquele que institui uma moral concreta, a ser vivida por cada um e por todos.

Weil (1990, p. 35) diz que “as instituições políticas existem para fazer com que os homens ajam segundo a moral”. Para tanto, é necessário que haja uma boa educação e que ela seja fortalecida pelo Estado. Weil menciona o importante papel do Estado diante da educação de seus cidadãos. O exercício do Estado como educador é um exercício de cidadania. Esse exercício de cidadania é um passo muito importante para que a moral siga como o carro forte entre os cidadãos de uma comunidade.

Referências bibliográficas

- ARENDET, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.
- ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BUÉE, Jean-Michel. Education, cosmos et histoire chez Eric Weil. In: *Cahiers Eric Weil. Eric Weil et le pensé Antique*. Lille: P. U. L., 1988.
- CALLOIS, Roland. Eric Weil et la Politique d' Aristote. In: *Cahiers Eric Weil. Eric Weil et le pensé Antique*. Lille: P. U. L., 1988.
- CANIVEZ, Patrice. A revolução, o estado, a discussão. *Síntese Nova Fase*, Belo Horizonte, v. 46, 1989.

- _____. *Educar o cidadão?* Campinas: Papyrus, 1991.
- COSTESKI, Evanildo. *Atitude, violência e estado mundial democrático: sobre a filosofia de Eric Weil*. São Leopoldo: Unisinos; Fortaleza: UFC, 2009.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KANT, Immanuel. Sobre a expressão corrente: Isto pode ser correto na teoria, mas nada vale na prática. In: *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Ed. 70, [s/d].
- _____. *Resposta à pergunta: Que é o iluminismo?* In: _____. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: ed. 70, [s/d].
- _____. *Réflexions sur l'éducation*. Tradução. Aléxis Philonenko. Paris: Vrin, 1966.
- KIRSCHER, G. *La Philosophie d'Eric Weil. Systématique et ouverture*. Paris: P. U. F., 1989.
- PERINE, Marcelo. A constituição do político na tradição ocidental. In: BINGEMER, Maria C. L; BARTHOLLO, J.R., Roberto dos Santos (Orgs). *Mística e política*. São Paulo: Loyola, 1994.
- _____. *Filosofia e violência: sentido e intenção da Filosofia de Éric Weil*. São Paulo: Loyola, 1987.
- WEIL, Eric. *Logique de la philosophie*. Paris: Vrin, 1985.
- _____. *Lógica da filosofia*. São Paulo: É Realizações, 2012.
- _____. *Philosophie morale*. Paris: Vrin, 1982.
- _____. *Filosofia política*. Tradução. Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1990.
- _____. *Hegel et l'état. Cinq. Conférences*. Paris: Vrin, 2002.
- _____. *Problèmes kantians*. Paris: Vrin, 1982.